PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DOCUMENTAL NAS CIDADES: O CASO DOS ARQUIVOS PÚBLICOS DE SANTOS

PRESERVATION OF DOCUMENTARY MEMORY IN THE CITIES: THE CASE OF PUBLIC RECORDS OF SANTOS

Janaina Conversani Botari[1], Alexandre Botari[2]

Abstract *- The public archives should be reliable sources of information and research, essential tools necessary to document management, administrative policy and social continuity of a city. The city of Santos has a history of 470 years, which enabled the construction of a buildings range of historic importance of varied and important architectural typologies and who portray themselves as memory records of the city. The Foundation records and memory of Santos is an institution that works in the management of public records of Santos and iconographic and documentary memory of the city and feature a priceless service aimed at safeguarding, preservation and dissemination of that heritage. This work makes a physical and documentary survey of the importance of public records from the city of Santos, São Paulo's coast and its uses, as well as presents the situation of holdings in these files. The research data gathered in "loco".*

Keywords: *Memory, documental preserving, historic archtectural, historical heritage.*

INTRODUÇÃO

Por arquivo entende-se um conjunto de documentos que, independentemente da natureza ou do suporte, são agrupados por acumulação ao longo das atividades de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas e sua origem obedece a imperativos de ordem prática, correspondendo à necessidade de constituir e conservar registros de ações e de fatos, a título de prova e informação[1].

Os arquivos públicos devem ser fontes seguras de pesquisa e informação, instrumentos indispensáveis de gestão documental e apoios necessários à continuidade administrativa política e social de uma cidade.

São eles que concentram, preservam e disponibilizam documentos que comprovam a ação de um governo e garantem direitos de cidadania [2].

Seus principais usuários são munícipes, arquitetos, pesquisadores, advogados, professores, produtores de cinema, organizações não governamentais e governamentais, prefeitura com suas secretarias, dentre outros.

No Brasil, a Lei nº. 8.159, de 08 de janeiro de 1991 dispõe sobre a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados considerando-os em seu Art. 2º, como:

> Os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos [3].

Infelizmente o acesso a informações que são Patrimônio do Homem é assunto amplamente discutido e pouco priorizado. Uma série de legislações, artigos, resoluções já foram e ainda são promovidas com o objetivo principal de garantia a este acesso.

Sobretudo vale ressaltar que, se questões a respeito de Preservação da memória, caracterizada como Patrimônio, atualmente se colocam como assuntos importantes nas cidades, como de fato o são, cabe a ação necessária da facilitação ao acesso das informações disponíveis acerca destes assuntos pertencentes às nossas Memórias [4].

OS DOCUMENTOS DE ARQUIVO E SEU CICLO VITAL

Àpartir do uso e da freqüência com que são utilizados, a massa documental em arquivos podem ser considerados de primeira, segunda ou terceira idade (fases), também conhecido como "ciclo vital dos documentos", segundo a qual os arquivos podem ser correntes, intermediários e pemanentes [1] [4].

Cada fase corresponde respectivamenre à guarda dos arquivos imediata e estreitamente ligados às atividades de que se originaram, aos arquivos que correspondem ao período em que os documentos, menos utilizados pelo órgão de origem e já avaliados quanto à sua destinação final, aguardam em depósitos de armazenamento temporário o cumprimento dos prazos estabelecidos para sua eliminação ou para envio ao arquivo permanente [4], [5] e [6].

À terceira fase temos à guarda dos documentos cujas informações são consideradas imprescindíveis para o

[1] Janaina Conversani Botari, Professora Me. do Departamento de Tecnologia DTC da Universidade Estadual de Maringá Campus Umuarama, Av. Ângelo Moreira da Fonseca, 1800 Bairro: Zona VII CEP: 87506-370 Umuarama-PR Fone/fax (44) 36219314, jcbotari2@uem.br.
[2] Alexandre Botari, Professor Adjunto do Departamento de Tecnologia DTC da Universidade Estadual de Maringá Campus Umuarama, Av. Ângelo Moreira da Fonseca, 1800 Bairro: Zona VII CEP: 87506-370 Umuarama-PR Fone/fax (44) 36219314, abotari@uem.br

DOI 10.14684/WCCA.9.2016.72-76
© 2016 COPEC

órgão de origem e para a comunidade que justificou sua existência. Como último estágio da guarda temos o arquivo permanente ou histórico, que conserva, portanto, os documentos aos quais se atribuiu, no processo de avaliação, a devida relevância, seja para a comprovação de direitos, seja para a pesquisa retrospectiva [6], [7] e [8].

ARQUIVOS PÚBLICOS DE SANTOS

A cidade de Santos esta situada no litoral do estado de São Paulo, com as coordenadas geográficas 23° 57′ 42″ Sul, 46° 19′ 56″ Oeste (Figura 1).

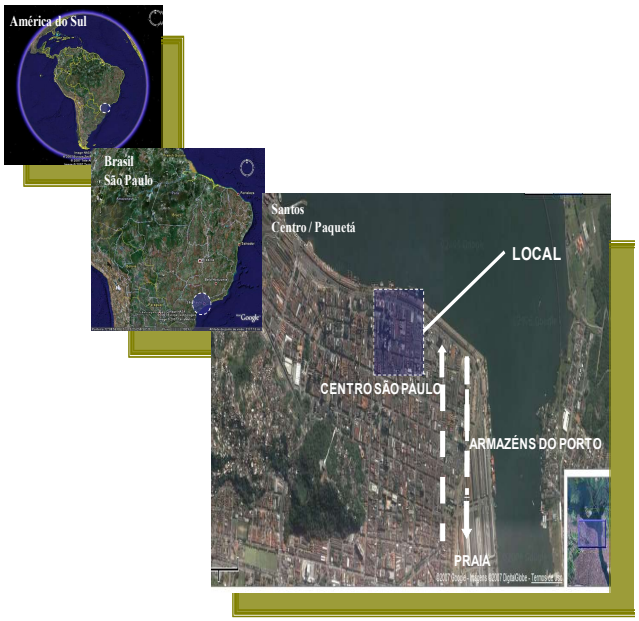

FIGURA. 1
PANORAMA GEOGRÁFICO DA ÁREA DE ESTUDO

A cidade de Santos possui uma história urbana de 470 anos, o que possibilitou a construção de uma gama de edificações de importancia historica que apresentam tipologias arquitetonicas que retratam a historia de cada época.

Estes registros são portanto preciosos e fundamentais para a compreensão da memória da cidade, sendo imprescindíveis também para a obtenção do conhecimento pleno de qualquer imóvel que venha sofrer intervenções atuais na mesma [2], [9] e [10].

Este trabalho teve como objetivo fazer um levantamento físico e histórico da massa documental do acervo do arquivo público de Santos que encontra-se sob a guarda da Fundação Arquivo e Memória de Santos.

A FAMS - é uma instituição que trabalha no gerenciamento dos arquivos públicos da Prefeitura de Santos e com a memória documental e iconográfica da Cidade, garantindo a salvaguarda, a preservação e a disseminação desse patrimônio [10].

Constatou-se que, toda esta valiosa documentação, inclusa memória Documental e Iconográfica da cidade de Santos, acha-se guardada em 04 edificações distintas (Figura 2), localizadas em endereços diferentes no bairro denominado Centro de Santos.

FIGURA. 2
LOCALIZAÇÃO DOS ARQUIVOS PÚBLICOS NA CIDADE DE SANTOS

METODOLOGIA

O desenvolvimento do trabalho se faz a partir de pesquisas bibliográficas referentes ao tema Legislação, Gestão Arquivística, recomendações para a construção de arquivos, levantamentos fotográficos, iconográficos, analíticos e entrevistas nos Arquivos Públicos de Santos realizados no período de 2006/2007, reproduzidos em texto, desenhos e ilustrações.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O acervo existente está dividido entre três arquivos, classificados pela Idade de cada documento (Figura 3).

Tais arquivos estão distribuídos em edifícios distintos espalhados pelo centro da cidade: Arquivo Permanente (Época do Império - 1957) , Arquivo Intermediário (1958 - 1993), Arquivo Geral (1994 até atualidade) e Sede, respectivamente (Figuras 4 a 7). São cerca de três milhões de documentos, que datam do final do século XVIII aos dias atuais, e vão desde históricos de sepultamentos e processos administrativos da Prefeitura até raridades, como registros de personalidades importantes no contexto da história santista [10], [11], [12] e [13].

FIGURA. 3

DOCUMENTAÇÃO OBTIDA NA SEDE DA FAMS APRESENTANDO O CRITÉRIO DE DIVISÃO, CLASSIFICAÇÃO E GUARDA DA DOCUMENTAÇÃO NOS ARQUIVOS PÚBLICOS NA CIDADE DE SANTOS

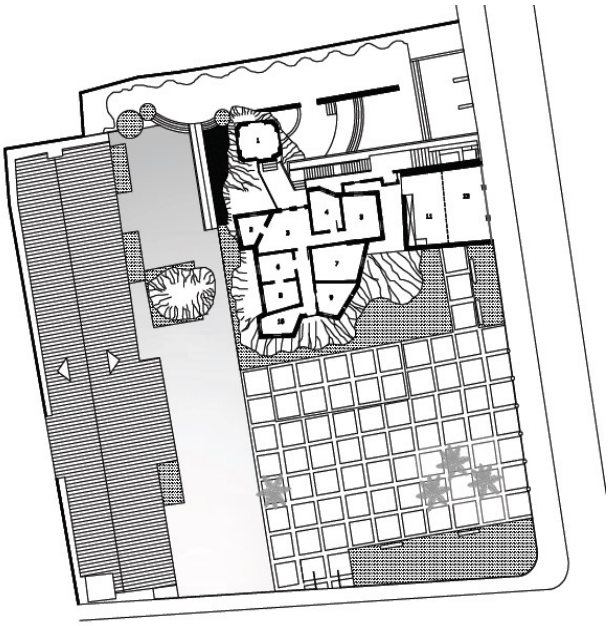

FIGURA. 4

PLANTA FÍSICA E FOTOS DO ARQUIVO SEDE

Além disso, a Fundação possui um Acervo Fotográfico de mais de 300 mil imagens de Santos e região. Além disso, dois lugares de grande valor histórico estão sob sua responsabilidade: o Outeiro de Santa Catarina – tido para alguns pesquisadores como local de origem da Vila de Santos, que desde 1995 abriga a sede da fundação e a Casa da Frontaria Azulejada. A sede da Fundação Arquivo e Memória de Santos funciona no Outeiro de Santa Catarina (Figura 4) endereçada à Rua Visconde do Rio Branco, 48, no Centro Histórico.

O prédio abriga, além da presidência da instituição, o Acervo Fotográfico, a Sala de Leitura Catarina de Aguillar, Vitrine de Achados Arqueológicos, Assessoria de Comunicação e os setores de Fotografia, Exposições, Criação e Projetos Gráficos, Pesquisa e Jurídico [10], [11], [12] e [13].

Com um acervo de cerca de dois milhões de peças, o Arquivo Intermediário (AI) (Figura 5), endereçado à Rua do Comércio 87 é responsável pela conservação de documentos públicos de 1958 a 1993, além de 500 volumes de leis, decretos, ofícios e folhas de pagamentos, entre outros, todos devidamente encadernados e acondicionados.

A Prefeitura apresenta, em média, 200 pedidos de entrada e saída de processos por mês, enquanto os munícipes consultam cerca de 50 processos. A documentação mais procurada é a perpetuação de campas, seguindo-se construção e reforma de imóveis.Além da documentação pública preservada pela FAMS, o AI possui um miniauditório para 30 pessoas, onde são realizadas reuniões, oficinas e palestras, e um laboratório de restauro de papéis, o único em Santos a trabalhar com qualquer tipo desse material. Além da documentação pública preservada pela FAMS, o Arquivo Intermediário possui um Laboratório de Restauro de Papéis. Também está abrigado no prédio do Arquivo Intermediário o setor iconográfico da Fams, responsável pela guarda de mais 300 mil imagens referentes a história da Cidade, desde o século XIX [10] e [11].

Também conhecido como Arquivo Histórico, o Arquivo Permanente (Figura 6), endereçado à Rua Amador Bueno, 61, conta com uma documentação específica, de interesse histórico e científico, estando sob sua responsabilidade documentos de guarda permanente do Município, da época do Império até 1957. O acervo do AP, com cerca de 60 mil documentos – 90% dos quais manuscritos - é composto por livros, testamentos, escrituras, mapas, registros e outros documentos que relatam a história de Santos [10] e [11].

Criado oficialmente, em 31 de outubro de 1913 o Arquivo Geral (AG) endereçado à Praça Mauá, andar térreo do Paço Municipal s/ nº, esta encarregado de receber, classificar, guardar e conservar os documentos administrativos e, ainda, atender às requisições de documentos já arquivados feitas pelo funcionalismo e pelos munícipes (Figura 7) [12], [13] e [14]. É responsável pela guarda destes processos administrativos produzidos pela Prefeitura desde 1994.

Além de processos, encontram-se registros de leis, ordens de serviço, termos de compromisso, registro de contratos, livros de impostos, folhas de pagamento, cartões

de ponto, balancetes, registro de escrituras, etc. O setor também fornece comprovação de existência de firmas que funcionaram entre os anos de 1943 até 1988 e informações para elaboração de certidão de valor venal de imóveis desde 1947 [10], [11], [12] e [13].

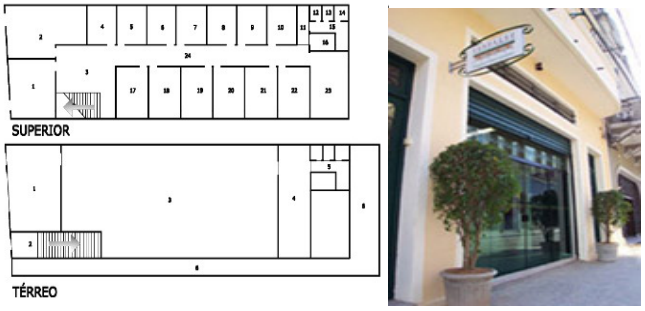

FIGURA. 5

PLANTA FÍSICA E FOTO DO ARQUIVO INTERMEDIÁRIO

FIGURA. 6

PLANTA FÍSICA E FOTO DO ARQUIVO PERMANENTE

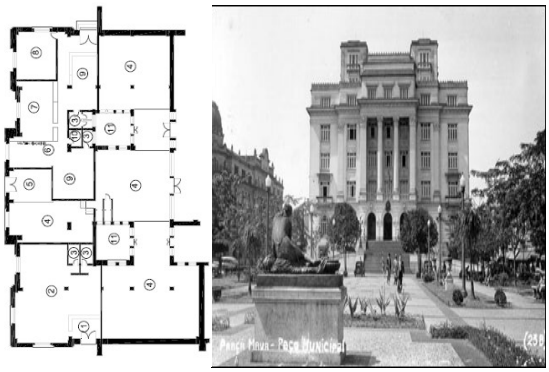

FIGURA. 7

PLANTA FÍSICA E FOTO [14] DO ARQUIVO GERAL

O acervo, que até outubro de 2006 totalizava cerca de quatro milhões de documentos, aumenta a cada ano, já que o AI recebe, por dia, entre 900 a 1000 processos e tem como saída de 300 a 500 processos. Números que revelam a necessidade de espaços com previsão de coeficiente de crescimento, bem como critérios mais específicos com relação a morte ou o descarte de documentos. As consultas mais freqüentes referem-se a benefícios de funcionários, redução de IPTU, aprovação de projetos de construção e alvarás de licença [10] - [13].

Pesquisas realizadas por [15], [16] e [17], revelam a situação dos acervos nos Arquivos Públicos Estaduais e Municipais Brasileiros. Os dados da pesquisa levantadas *"in loco"* durante as pesquisas realizadas nos períodos de 2006/2007 realizada nos Arquivos Públicos Municipais Santistas pelo autor deste trabalho, mostraram as dificuldades encontradas nas Instituições, principalmente em relação à gestão de documentos.

Os arquivos não apresentaram conexões nas informações em decorrência principal da insuficiência de espaço. Salvo o Arquivo Permanente, que havia sido reformado na ocasião das pesquisas, pode-se avaliar que a maior parte dos problemas encontrados nos arquivos foram concernentes a:

- *INSUFICIÊNCIA DE ESPAÇO:* Na Casa da Frontaria Azulejada (Edifício Histórico) pode-se visualizar caixas de documentações, em ambientação inadequada pertencentes ao Arquivo Intermediário aguardando área apropriada para serem depositados (Figura 8).

FIGURA. 8

CAIXAS DE DOCUMENTAÇÕES EMPILHADAS NA ESPERA DE ESPAÇOS ADEQUADOS PARA A GUARDA

O Arquivo Geral é o arquivo mais recebe e gera processos diariamente e a diferença do número de entrada de processos é quase 8 vezes maior que o número de saída. (Figura 9).

FIGURA. 9

DOCUMENTAÇÕES EMPILHADAS NA ESPERA DE ESPAÇOS ADEQUADOS PARA A GUARDA

Sobretudo, a ausência de uma sala de triagem apropriada, muitas vezes gera acúmulo de documentações que se misturam com outras secretarias que também já sofrem da mesma ausência de espaço.

- *CONDIÇÕES IRREGULARES DE ESTABILIZAÇÃO DE UMIDADE E TEMPERATURA:* Problemático no arquivo Geral é a umidade concentrada no edifício por não

possuir um sistema de acondicionamento adequado que não a climatização, tão necessário e obrigatório em áreas que abrigam este tipo de documentação garantindo o tempo de vida das documentações. (Figura 10).

FIGURA. 10
CONSTATAÇÃO DE UMIDADE EM VÁRIOS PONTOS EM PAREDES DO ARQUIVO GERAL

- *IDENTIFICAÇÃO DOS MOBILIÁRIOS:* Espaços insuficientes para a abertura de plantas arquitetônicas formato A1 e A0. Compromete o manuseio dos documentos, fato constatado nos 03 arquivos (Figura 11).

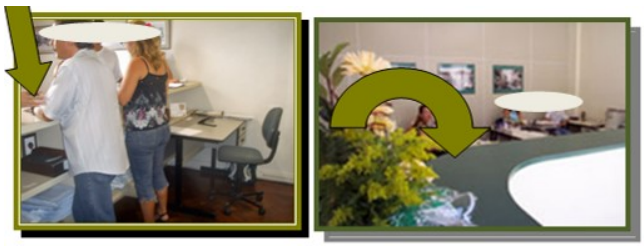

FIGURA.11
BALCÕES COM DIMENSÕES INSUFICIENTES PARA O MANUSEIO E PESQUISA DAS DOCUMENTAÇÕES

Para a obtenção de fotografia e ou cópias a mão de desenhos as dimensões do balcão são insuficientes.

CONCLUSÃO

A começar com a análise da evolução do tratamento aferido a preservação institucional da cidade de Santos, nota-se o prejuízo de constantes mudanças e interrupções administrativas das quais sofreram tais documentações, aliás práticas que infelizmente ocorrem com freqüência em órgãos públicos. É sabido que tais interferências refletem de maneira negativa em qualquer gestão pública uma vez que impede o funcionamento pleno e contínuo de todas as atividades.

Apenas no Departamento de Obras Particulares da cidade pode-se constatar o acúmulo de aproximadamente 15.000 plantas, que estão em lugar inadequado, sem devidos cuidados, que na realidade já deveriam ter passado por processos de avaliações e encaminhamentos de destinação apropriada estando acessível aos usuários. Além de se verificar processos incompletos e perdas de documentação, o que depõe à função destas instituições que devem garantir á guardar da documentação e principalmente fornecer aos interessados as informações contidas em seu acervo de maneira rápida e segura.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Católica de Santos, aos funcionários da Fundação Arquivo e Memória de Santos e ao Centro de Tecnologia - CTC da Universidade Estadual de Maringá – UEM e ao Departamento de Tecnologia – DTC pelo apoio financeiro recebido.

REFERÊNCIAS

[1] MACHADO, Helena Correa; CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Como implantar arquivos públicos municipais. arquivo do Estado de São Paulo. 2000.

[2] O DIREITO À MEMÓRIA Patrimônio Histórico e Cidadania, Secretaria Municipal de Cultura.

[3] BRASIL. Lei. Nº. 8.159 de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm>. Acesso em: 15 set. 2006.

[4] CAMARGO, Ana Maria de Almeida, Um sistema municipal de arquivos: Rio Claro, São Paulo. Cadernos FUNDAP, 8, abr.1984.

[5] CAMARGO, Ana Maria de Almeida, Arquivos Municipais: problemas de jurisdição.Boletim do Centro de Memória – UNICAMP, v.1,n.2,jul./dez.1989,pp. 18-19.

[6] CAMARGO, Ana Maria de Almeida, et al. Documentos privados de interesse público: o acesso em questão. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2005.

[7] BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivística: objetos, princípios e rumos. São Paulo: Associação de Arquivísticas de São Paulo, 2002.

[8] BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivos Permanentes: tratamento documental 2. ed. Ver. E ampl. Rio de Janeiro: Ed. Da FGV, 2004.

[9] BARBOSA, Maria Valéria; DIAS, Nelson Santos. Santos na formação do Brasil: 500 anos de história. Santos, SP: Prefeitura Municipal de Santos, Secretaria Municipal de Cultura, Fundação Arquivo e Memória de Santos, 2000.

[10] Site: www.fundasantosorg.br

[11] Processos Municipais – Arquivo Permanente da Fundação Arquivo e Memória de Santos – FAMS.

[12] www.novomilenio.inf.br

[13] www.santos.sp.gov.br - Link : www.fundasantos.org.br

[14] http://www.unisantos.br/pos/revistapatrimonio/iconografia822d.html?cod=1

[15] BOJANOSKI, Silvana. Estudo sobre as condições de preservação dos acervos documentais brasileiros. Arquivos & Administração, Rio de Janeiro, v. 2, n.1/2, p. 35-78, jan./dez.1999.

[16] CORTES, Maria Regina Persechini Armond. Arquivo Público e informação: Acesso à Informação nos Arquivos Públicos Estaduais do Brasil. Perspectivas em ciência da informação, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, 1996.

[17] FONSECA, Maria Odila Kahl. Direito à informação: acesso aos arquivos públicos municipais das capitais brasileiras. Rio de Janeiro: Universidade federal do Rio de Janeiro, 1996. Dissertação. (Mestrado em ciência da Informação).